

# PREPAREM-SE, O APERTO VAI CONTINUAR

O ajuste fiscal deixará sequelas no emprego e salários a curto prazo, mas a sua aplicação é fundamental para que o Brasil volte a crescer. Mas economistas reunidos na FecomercioSP para debater o assunto foram unânicos: ele sozinho não basta. Seria importante que o ajuste fosse mais intenso pelo lado das despesas do governo, com a redução do número de ministérios, por exemplo.

---

TEXTO **RACHEL CARDOSO**  
FOTOS **RUBENS CHIRI**



Apesar da questão do ajuste fiscal não sair do noticiário e das inúmeras análises a respeito das propostas do Ministério da Fazenda, o assunto nem sempre tem sido devidamente tratado. Nesse sentido, é preciso destacar dois aspectos fundamentais do tema. O primeiro deles é que mesmo com suas consequências sobre a atividade econômica a curto prazo, ele é imprescindível. O segundo é que, ao contrário do que muitos argumentam, o ajuste sozinho não será suficiente para garantir a retomada sustentável do crescimento a taxas razoáveis.

A constatação é decorrente do debate promovido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), em junho, na sede da Entidade. Na ocasião, especialistas renomados do mercado discorreram sobre o tema “O Ajuste Fiscal, Emprego e Produtividade”. “O desafio agora é trazer de volta o crescimento sem reforma, com pouco investimento, inflação elevada e desemprego em alta, um quadro que traz dificuldades para as empresas”, disse o economista José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e sócio da consultoria MB Associados, durante a abertura do evento.

Não se trata de tarefa fácil. Ao que tudo indica, o ajuste fiscal – cuja economia proporcionada pode não ser suficiente para obter a economia necessária para o governo pagar suas dívidas –, conjugado com uma política monetária contracionista, trará consequências que se estenderão por todo o ano de 2016. Isso porque, explica Mendonça, o tamanho das distorções na economia e a dificuldade política exigirão mais tempo do governo para arrumar a casa e resgatar a credibilidade.

Somente neste ano, indicam as projeções da MB Associados, a perda líquida de emprego

“O DESAFIO AGORA É TRAZER DE VOLTA O CRESCIMENTO SEM REFORMA, COM POUCO INVESTIMENTO, INFLAÇÃO ELEVADA E DESEMPREGO EM ALTA, UM QUADRO QUE TRAZ DIFICULDADES PARA AS EMPRESAS”

**JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS,**  
EX-SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA  
DO MINISTÉRIO DA FAZENDA



no mercado formal, medido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), deve chegar a 160 mil vagas. A taxa de desemprego, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que capta o que ocorre em mais de três mil municípios, deverá chegar a quase 10% no final deste ano. O crescimento da massa salarial real medida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) deverá ser negativo pela primeira vez em mais de 10 anos, da ordem de -2,5%.

Para amenizar esse quadro, a saída seria que o ajuste fosse mais intenso pelo lado das despesas, com redução do número dos ministérios, para citar um exemplo. Mas cortes na alta desigualdade de remuneração no setor público, subsídios para grandes grupos e desequilíbrios da Previdência também foram

apontados pelos demais economistas presentes como alternativas.

“Isso daria ao consumidor a sensação de que agora é para valer, mas provavelmente o caminho deverá ser o aumento de impostos”, afirmou Mendonça, para quem a combinação de maior tributação com aumento de preços administrados não melhora as expectativas diante de um cenário já contaminado por um início de governo fragilizado pelo embate com o Congresso Nacional. Soma-se aí a Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 e que investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e políticos.

Esta investigação afeta diretamente a construção civil, um dos principais motores da economia e já provocou a demissão de mais de quatro mil trabalhadores nos can-



“A REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS NA ÁREA SOCIAL E O AUMENTO DE TRIBUTOS CONSPIRAM CONTRA A PRODUÇÃO E O CONSUMO”

**HÉLIO ZYLBERSTAJN, ECONOMISTA E PROFESSOR DA FEA-USP**

teiros de obras de todo o País. Quadro que só não se agravou por conta da publicação do balanço da estatal, o que melhorou o humor do mercado.

Esse pessimismo generalizado demandará, na opinião do professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) Hélio Zylberstajn, um novo padrão de diálogo entre os diversos segmentos da sociedade para que o País possa reverter a situação e sair fortalecido de mais uma crise. “A redução de investimentos na área social e o aumento de tributos conspiram contra a produção e o consumo. São medidas recessivas, cujos efeitos se somam à recessão iniciada antes mesmo do anúncio do ajuste”, disse.

Para Zylberstajn, em uma situação como a atual, a rotatividade e a produtividade caem porque os demitidos não são substituídos e os que têm trabalho não têm incentivo para sair e procurar um emprego melhor. “Por fim, a queda na produção tende a ser maior que a queda no emprego, ao menos no início”.

O economista Samuel Pessôa, chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV), discorda. Para ele, por enquanto, é precipitado colocar isso na conta do ajuste, já que a economia vem de um processo longo de desaceleração. “Nestes anos, nunca houve falta de demanda agregada, e sim desorganização da produção e queda da produtividade, resultado de um ensaio nacional desenvolvimentista,” observou.

Pessôa reforçou que o ajuste fiscal se tornou inevitável diante de gastos que são fruto de um modelo de contrato social. “O nosso Estado já não cabe dentro do Produto Interno Bruto”, afirmou.

Fernando de Holanda Barbosa Filho, também pesquisador do IBRE/FGV, destacou ainda

que fazer o ajuste não é só controlar gastos, mas mudar o equilíbrio em uma economia com problema crônico de produtividade e que já esgotou a inclusão da força de trabalho como força de crescimento. Assim, os aumentos de salário dos trabalhadores menos qualificados geravam demandas pelos serviços que empregavam mais este grupo. “O aumento da renda das mães, em particular, permitiu que muitos jovens saíssem do mercado de trabalho para estudar, o que puxou para baixo a taxa de desemprego entre estes jovens – que sempre foi mais alta”, afirmou.

Essa dinâmica só não continuou porque é impossível um país dar reajuste de salário acima da produtividade para sempre, afirmou Barbosa. E a produtividade brasileira mal se moveu na última década: hoje, um trabalhador brasileiro produz o mesmo que um chinês. Até pouco tempo, eram necessários dez chineses para fazer o trabalho de um brasileiro.

“A partir do momento em que a renda dos adultos começa a cair, termina essa dinâmica positiva e a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho começa a subir um pouco”, completou o professor do Instituto Federal de Brasília Naercio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper. Segundo ele, é essa pressão que deve empurrar a taxa de desemprego para cima a partir de agora, ou seja, o corte de vagas no momento em que mais pessoas voltam ao mercado, acuadas pela crise.

Mas se o salário real cai, o desemprego não sobe tanto, e vice-versa. Nesse sentido, os economistas notam que o mercado de trabalho brasileiro tem se mostrado mais flexível do que o esperado.

Pela primeira vez em uma década, a variação anual na folha salarial está caindo. Além



“NESTES ANOS, NUNCA HOUVE FALTA DE DEMANDA AGREGADA, E SIM DESORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E QUEDA DA PRODUTIVIDADE, RESULTADO DE UM ENSAIO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA”

**SAMUEL PESSÔA, CHEFE DO CENTRO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DO IBRE/FGV**



disso, os acordos feitos já em 2015 entre trabalhadores e empresas têm consolidado reduções de jornada e de salários reais. “A dificuldade chegou à mesa de negociação”, resumiu Zylberstajn, professor da FEA-USP.

O professor do Insper Ricardo Paes de Barros, coordenador do Núcleo de Ciência pela Educação no Centro de Políticas Públicas, destacou que a prioridade nas negociações salariais deve ser a de preservar os ganhos dos últimos anos entre os mais vulneráveis. Paradoxalmente, a ainda altíssima desigualdade brasileira faz com que isso não seja tão difícil. Como os 50% mais pobres (100 milhões de brasileiros) têm apenas 15% da renda nacional, é

possível – pelo menos na teoria – fazer com que a outra metade absorva a queda do PIB per capita sem maiores consequências para o equilíbrio macroeconômico.

“Os pobres estão hoje mais conectados ao carro chefe da economia brasileira, então também sentem mais a crise, mas agora é o momento de aproveitar a desigualdade que ainda existe para isolá-los. Você ainda tem dois “Brasis”, o que é péssimo, mas que no momento de crise se torna bom”, observou Barros.

Como a pobreza no Brasil ainda é concentrada em municípios pequenos e áreas rurais, a interiorização do gasto público e dos recursos de transferência de renda pode ser um ins-

“O AUMENTO DA RENDA DAS MÃES PERMITIU QUE MUITOS JOVENS SAÍSSEM DO MERCADO DE TRABALHO PARA ESTUDAR, O QUE PUXOU PARA BAIXO A TAXA DE DESEMPREGO ENTRE ESTES JOVENS”

**FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO,**  
PESQUISADOR DO IBRE/FGVV

trumento poderoso para preservar uma dinâmica positiva.

#### O AJUSTE FISCAL

O ajuste fiscal defendido pelo governo federal foi criado para reequilibrar as contas públicas, já que no ano passado os gastos foram maiores do que a arrecadação – o déficit foi o maior da história. Não sobrou dinheiro nem para pagar os juros da dívida – o chamado superávit primário – uma segurança de que o País não dará calote. Os gastos do governo em 2014 subiram mais que o triplo das receitas – todo o dinheiro arrecadado com impostos e outras fontes. Na tentativa de tirar as contas do negativo, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, está conduzindo um ajuste fiscal que vai afetar diretamente todos os brasileiros.

Ele prometeu arrumar as contas públicas até o fim do ano e para tanto criou a ambiciosa meta de um superávit primário de 1,1% do PIB, o equivalente a mais de R\$ 66 bilhões para todo o setor público em 2015, e de 2% em 2016 e 2017. Ele avisou que seriam necessários sacrifícios. O ajuste fiscal chegou a ser chamado de “saco de maldades”, mas Levy deixou claro que esse seria o único caminho para retomar o crescimento e evitar uma crise pior.

Entre as medidas já anunciadas estão mudanças nos benefícios sociais, como seguro-desemprego, auxílio-doença, abono salarial e pensão por morte, que já passaram pelo crivo do Congresso Nacional. No Legislativo, o governo busca, ainda, reduzir a desoneração da folha de salários adotada no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, que permitiu a diversos setores beneficiados substituir a contribuição patronal ao INSS por uma taxa sobre o faturamento entre 1% e 2%. [8]